

HELOISA LEONOR BUIKA

Doutoranda em Direito Processual Civil na Universidade de São Paulo,
em cotitulação com a Universidade de Salamanca

Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo

Mestranda em Antropologia do Direito na Universidade de Salamanca

Especialista em Derecho Procesal, Arbitraje e Mediación pela Universidad de Salamanca, em Direito Processual Civil pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, e em Direito Civil pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, créditos de mestrado em Direito do Trabalho na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora universitária

Advogada em São Paulo desde 1980

O FORMALISMO NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

**A PRIMAZIA DO DIREITO DE RECORRER COM RAZOABILIDADE
EM OPOSIÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA**



Belo Horizonte
2017

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clêve	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luis de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladimir Oliveira da Silveira
Janaina Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2017.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

341.465 Buika, Heloisa Leonor
B932f O formalismo no juízo de admissibilidade dos recursos: a primazia do
2017 direito de recorrer com razoabilidade em oposição à jurisprudência
defensiva / Heloisa Leonor Buika. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.
165 p.

ISBN: 978-85-8238-298-1

1. Direito. 2. Direito processual. 3. Direito de recorrer. 4. Juízo de admissibilidade.
5. Recursos processuais. I. Título.

CDD(23.ed.)-347.08
CDDir - 341.465

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-700

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

110 9477

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2017

SUMÁRIO

PREFÁCIO	X
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2	
O DIREITO DE RECORRER	5
2.1. OBJETIVO DE RECORRER	8
2.2. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	9
2.3. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL...	14
2.4. ARGUMENTOS FAVORÁVEIS DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	15
2.5. ARGUMENTOS CONTRÁRIOS DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	16
2.6. DA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E DO FORMALISMO NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	17
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS PROCESSUAIS RELACIONADOS AO DIREITO DE RECORRER.....	20
3.1. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE RECURSAL	21
3.2. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE E DAS DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NOS TRIBUNAIS	22
3.3. PRINCÍPIO DA UNICIDADE (OU DA SINGULARIDADE, OU UNICORRIBILIDADE).....	23
3.4. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS	25
3.5. PRINCÍPIO DA CONSUMAÇÃO.....	27
3.6. PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE	28
3.7. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE	28
3.8. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE.....	29
3.9. PRINCÍPIO DA IRRECORRIBILIDADE EM SEPARADO DAS INTERLOCUTÓRIAS.....	30
3.10. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL.....	30

CAPÍTULO 4

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS	34
4.1. DIFERENCIAÇÃO ENTRE JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO	34
4.2. DA COMPETÊNCIA PARA DECIDIR A RESPEITO DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	39
4.3. EFEITOS DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	40
4.4. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EM GERAL E SUA IMPORTÂNCIA	42
4.4.1. Requisitos intrínsecos	43
4.4.1.1. Cabimento e adequação	43
4.4.1.2. Legitimidade para recorrer	47
4.4.1.2.1. Legitimidade de quem é parte	47
4.4.1.2.2. Legitimidade do terceiro	48
4.4.1.2.3. Legitimidade do Ministério Público	48
4.4.1.3 Interesse de recorrer	49
4.4.1.4 Inexistência de fato extintivo do direito de recorrer	51
4.4.2. Requisitos extrínsecos	52
4.4.2.1. Tempestividade	52
4.4.2.2. Regularidade formal	56
4.4.2.3. Preparo	58
4.4.2.3.1. Preparo e a não ocorrência de seu fato gerador	61
4.4.2.3.2. Preparo e assistência judiciária	62
4.5. ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ORDINÁRIOS	64
4.6. ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS	70

CAPÍTULO 5

FORMA E FORMALISMO NO ÂMBITO RECURSAL	76
5.1. FORMA E FORMALISMO	76
5.2. ASPECTO POSITIVO DO FORMALISMO, TÉCNICAS PROCESSUAIS E EFETIVIDADE DO PROCESSO	80
5.3. ASPECTO NEGATIVO DO FORMALISMO	82
5.3.1. Efetividade, tempo e duração do processo	84
5.4. A INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E O ACESSO À JUSTIÇA	87
5.5. O EQUILÍBRIO ENTRE O FORMALISMO E O ACESSO À JUSTIÇA	89

CAPÍTULO 6

A CRISE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	91
6.1. TRIBUNAIS SUPERIORES – UMA AVALANCHE DE PROCESSOS E POUCOS MINISTROS PARA JULGAR	92
6.2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E TÉCNICA PARA RESTRINGIR O NÚMERO DE PROCESSOS NAS INSTÂNCIAS SUPERIORES	97

CAPÍTULO 7

O EXCESSO DE FORMALISMO NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES	101
7.1. A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	102
7.2. ALGUNS CASOS DE FORMALISMO EXCESSIVO NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	103
7.2.1. Quanto ao requisito da tempestividade recursal.....	103
7.2.1.1. Intempestividade por prematuridade.....	103
7.2.1.2. Necessidade de ratificação do recurso.....	105
7.2.1.3. Comprovação da tempestividade em razão de causas locais	106
7.2.1.4. Intempestividade quanto a data do protocolo do recurso	106
7.2.2. Quanto ao requisito da regularidade formal.....	109
7.2.2.1. Exigência de certidão de intimação da decisão agravada	109
7.2.2.2. Comprovação da representação processual.....	110
7.2.2.3. Quanto ao não conhecimento do recurso em razão do esquecimento do advogado em assinar as razões do recurso ou assinar digitalmente.....	111
7.2.2.4. Razões apresentadas após a interposição do recurso.....	112
7.2.3. Quanto ao requisito preparo	112
7.2.3.2. Preenchimento das guias de preparo e comprovação posterior..	112
7.2.3.3. Quanto a não aceitação do pagamento das custas via internet...	115
7.2.3.4. Quanto ao preenchimento da GRU.....	116

CAPÍTULO 8

OS PODERES DO RELATOR.....	120
8.1. COMPETÊNCIA FUNCIONAL DO RELATOR.....	129
8.2. NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR.....	130
8.3. PODER/DEVER DO RELATOR	131
8.4. MOTIVAÇÃO DA DECISÃO UNIPessoal	131

CAPÍTULO 9

O NOVO CPC E A BUSCA DO EQUILÍBRIO QUANTO À FORMA NO EXAME DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS	133
9.1. TENTATIVA DE EQUILÍBRIO.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145